

# PLANEJAMENTO E SERVIÇO SOCIAL

Silvana Bonin<sup>1</sup>  
Tânia Regina Krüger<sup>2</sup>

## Introdução

Planejamento é uma palavra muito comum, frequentemente usada por todos, e na maioria das vezes, de forma corriqueira. Percebemos sua utilização na linguagem individual, coletiva e nos mais diferentes contextos sejam eles políticos, econômicos ou sociais. Afinal, planejar faz parte da vida do ser humano, pois de uma maneira empírica ou científica, sempre se planeja.

Inúmeros são os conceitos e perspectivas técnicas e teóricas sobre o planejamento. Neste texto não se tratará destas inúmeras perspectivas, mas se trabalhará a partir dos conceitos de Frisch (1996) e Barbosa (1990). O Planejamento se constitui em ferramenta gerencial indispensável para impor uma racionalidade

---

<sup>1</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

<sup>2</sup> Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (1990), mestrado em Educação e Cultura pela Universidade do Estado de Santa Catarina (1998) e doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (2005). Professora adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina vinculada a Graduação e ao Programa de Pós-Graduação. Trabalha com os temas de fundamentos e exercício profissional do Serviço Social. Tem experiência profissional, pesquisas e publicações na área de Políticas Sociais, com ênfase em Saúde Pública, principalmente nos seguintes temas: SUS, política de saúde, controle social, participação, planejamento e gestão de políticas sociais.

central às decisões, estimular a convergência de esforços e focalizar a atenção nos fatores-chave para uma determinada instituição ou política social. O Planejamento representa um conjunto de prioridades e decisões que orientam a construção de um serviço num horizonte de tempo em determinado cenário.

O planejamento, enquanto método e processo, é a não-improvisação sistemática, em que pensamos e agimos de maneira permanente sobre uma realidade, para modificá-la, dentro de um processo de racionalidade, com o objetivo de antecipar melhores resultados, obter soluções alternativas, reduzir riscos e incertezas. Concretiza-se em momentos não aleatórios, não mecânicos e lineares, uma vez que são inter e intradependentes (Fritsch, 1996:130).

Na mesma direção Barbosa (1990:53) entende que a dimensão processual do planejamento, está para além de seu aspecto formal, pois destaca a necessidade de ser um processo participativo. O planejamento "está inserido na lógica do movimento, como um exercício de decisão, o que pressupõe o poder em ação, já que planejar é tomar decisões, portanto, planejar participativamente é socializar o poder, é o povo decidindo diretamente e/ou indiretamente na produção, na gestão, no usufruto dos bens por uma sociedade historicamente determinada".

Para o Serviço Social o planejamento é um caminho que se articulado com os outros instrumentais contribui para avançar no domínio de intervenções com competência técnica, contudo, munidos, também, de competência política. Fritsch (1996) também destaca o planejamento participativo como algo a ser potencializado pelo Serviço Social, pois pode oportunizar as pessoas, movimentos sociais e fóruns de políticas públicas a vivência de experiências concretas de participação na definição das prioridades dos serviços públicos.

O interesse em pesquisar o planejamento e o serviço Social, aqui tomado como tema principal, partiu dos questionamentos originados ao perceber a dificuldade que a maioria dos Assistentes Sociais tem em sistematizar suas ações profissionais, princípio

fundamental para realizar ações planejadas. Também se observa a pouca participação dos profissionais nos processos de planejamento das políticas sociais. Por outro lado se verificou a escassa produção teórica na trajetória do Serviço Social que referencia o tema.

O instrumento chamado planejamento representa uma dimensão político-decisória na materialidade dos objetivos profissionais e das políticas sociais com as quais se trabalha. Planejar é uma das atribuições contida na Lei de Regulamentação nº 8.662/1993 da profissão de Assistente Social e por isto no exercício profissional a execução, o planejamento, a gestão e a formulação de políticas sociais públicas devem perpassar.

Para tentar responder a estas inquietações estabeleceu-se como objetivo geral refletir sobre a trajetória do debate técnico e teórico do tema planejamento no Serviço Social e mapear as produções do mesmo tema publicadas 13º e 14º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizados em 2010 e 2013 respectivamente. Deste modo, a pesquisa foi de caráter bibliográfico e para os Anais do CBAS utilizou-se da técnica de análise textual da temática. Buscamos, através desta pesquisa de caráter exploratório e qualitativo, demonstrar as principais tendências de estudo e intervenção profissional do Serviço Social sobre planejamento, que se apresentaram em duas edições do Congresso Brasileiro.

Na tentativa de organizar a discussão foram estruturados dois itens neste texto. No primeiro é apresentado o planejamento no Serviço Social: história e debate no Projeto Ético-Político. Já no segundo serão apresentados os dados levantados e sistematizados a partir da pesquisa realizada nos artigos publicados nos CBAS.

## **1. O planejamento no Serviço Social: história e debate do Projeto Ético-Político**

O Serviço Social em sua trajetória utilizou o planejamento como um instrumento para a efetivação de suas ações nos diferentes

espaços de trabalho, mas o fazia de uma maneira restrita e com orientações funcionalistas. O planejamento tradicional, que utilizado pela profissão e não apenas por ela, consistia em uma construção preliminar às atividades, sendo um documento elaborado por técnicos especialistas, estático e fechado às demandas vindas da chamada população cliente.

As ações do assistente social eram voltadas para atender aos interesses estatais e empresariais por meio de medidas assistenciais que visavam à contenção de classes. Sua atuação era uma interação com seus *clientes* sendo demandado diretamente pelas classes dominantes: o que ocorria nesse momento é que o assistente social “embora trabalhe a partir e com a situação de vida do trabalhador, não é diretamente por ele solicitado; atua junto a ele a partir de uma demanda, que na maioria das vezes não é dele” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.90).

Somente nos anos de 1950 e 1960 ocorre a incorporação de novas atribuições profissionais relacionadas à coordenação, planejamento e administração de programas sociais, advindas do aumento do número de escolas, abertura das grandes empresas e indústrias, bem como o trabalho do Serviço Social ligado a prefeituras. É, sobretudo na década de 1960, que o Serviço Social com o agravamento da questão social e dos níveis de empobrecimento da população trabalhadora, passa a tomar para si também o debate político. Contudo, o golpe militar de 1964 interrompe o formal e restrito processo democrático brasileiro e os questionamentos do exercício profissional do Serviço Social que começavam a desenhar-se.

Neste processo de institucionalização do Serviço Social surge o primeiro Código de Ética da profissão em 1947, que tem na sua introdução expressões como: *que se deve fazer o bem e evitar o mal, o Serviço Social trata com pessoas humanas desajustadas ou empenhadas no desenvolvimento de sua própria personalidade e a ética profissional exige uma segura formação em todos os ramos da moral* (MUSTAFÁ, 2001). Os termos deste Código de Ética naturalizavam as relações sociais e não apresenta qualquer referência teórica e política que levasse ao exercício profissional pautado em ações de planejamento nas

atividades próprias e nas instituições que se vinculava. Já o Código de Ética de 1965, dá indicativos de um processo de renovação que o Serviço Social começa a viver ao reconhecer o assistente social como profissional liberal e tecnicamente independente, que adquiriu uma amplitude técnica e científica e se destina aos profissionais de diferentes credos e princípios filosóficos. (MUSTAFÁ, 2001). No texto deste Código não observamos novamente qualquer referencia ao termo planejamento como atividade técnica do assistente social. O Código de 1975 foi aprovado no auge da ditadura militar e revela em seus princípios as bases políticas deste regime, devendo o assistente social respeitar a política administrativa da instituição empregadora e participar de programas nacionais e internacionais de elevação das condições de vida e correção dos desníveis sociais (MUSTAFÁ, 2001). O exercício profissional no período da ditadura militar continuava sendo pautado pela operacionalização dos serviços determinados pelas instituições e por referencias teóricas funcionalistas no sentido do ajuste social.

O planejamento começa a aparecer na literatura do Serviço Social somente a partir da década de 1960, embora, numa fase de notas esparsas, nos artigos sobre planejamento social. No movimento de reconceituação, abriram-se novas perspectivas com a introdução do planejamento no Serviço Social, a partir da contribuição de José Lucena Dantas, Maria do Carmo Falcão e Natalio Kisnerman, ainda que numa perspectiva tecnicista. Boris Alex Lima, abordando mais um processo de mudança estrutural, entende o planejamento social como processo de participação na planificação das decisões e execução das mudanças da realidade. Esta participação é consubstanciada por um processo que compreende a conscientização, politização, mobilização e organização do povo e que se efetiva através da capacitação, entendida não como treinamento, porém como um ato de reflexão e síntese (BARBOSA, 1990).

A ação planejada do Serviço Social, até aproximadamente 1980, pode ser percebida em dois momentos característicos: a) antes da reconceituação, quando a ação profissional era consubstanciada por

meio de práticas com grupos, comunidade e indivíduo, numa perspectiva de ajuste do homem ao meio; b) durante o processo de reconceitualização, quando o Serviço Social passa a questionar a realidade social nos seus sistemas, subsistemas e estruturas sociais, buscando novos caminhos para intervir (BARBOSA, 1990). No primeiro momento, a ação planejada é marcada pela própria ênfase na ação metódica e situações visualizadas de forma estática, enquanto no segundo momento o Serviço Social procura dominar os conhecimentos da disciplina de planejamento, instrumentalizando-se assim para atuar na política social e no planejamento social embora nos marcos do desenvolvimentismo e da modernização conservadora.

Desde os anos de 1970 o Serviço Social brasileiro vem buscando construir um projeto profissional comprometido com os interesses da população trabalhadora, impulsionado pelas novas referências teóricas, políticas e éticas que emergiram no contexto da redemocratização do país. Em grande medida a alteração da base tradicional do Serviço Social ocorreu aproximadamente cinco décadas depois de a profissão ter sido institucionalizada no país. Desta forma, a aprovação do Código de Ética em 1986, busca romper com as características conservadoras, a partir da aproximação com a teoria marxista. Representando um grande avanço e propondo que o profissional de Serviço Social tenha um conhecimento crítico da realidade política e social, além de condições de elaborar, gerir e decidir a respeito de políticas sociais e programas institucionais.

Na conjuntura de redemocratização do país e de renovação profissional o planejamento começa a ser objeto de estudos e preocupações, passando a ser conceituado e reconhecido no interior da profissão. Assim, os princípios do Código de Ética de 1993, da nova Lei de Regulamentação da profissão de 1993, o projeto de formação profissional com as diretrizes curriculares de 1996 da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, o conjunto de direitos sociais reconhecidos na Constituição de 1988 e suas respectivas leis de regulamentação colocam os novos

fundamentos para o Serviço Social elaborar seus conceitos de planejamento e operacionalizar os instrumentos de gestão.

A Lei 8.662/93, no artigo 4º e 5º, que Regulamenta a Profissão de Assistente Social especifica entre as competências e as atribuições, o planejamento como uma ferramenta integrante das ações desenvolvidas pelos assistentes sociais (CFESS, 2012, p. 44 a 46):

Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito do Serviço Social com participação da sociedade civil. Planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais. Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais. Planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidades de Serviço Social. Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; e, Planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidades de Serviço Social.

O Código de Ética Profissional do Assistente Social, de 1993 no seu art. 2º. expressa ser direito do assistente social participar na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais. Assim, é possível perceber que o Código de Ética firmou diretrizes para o profissional deixar de ser um executor terminal das políticas sociais, para se tornar um profissional que atua no planejamento e execução de políticas públicas e privadas na direção de garantir direitos sociais.

Dessa forma, o desafio no momento é apreender o planejamento como um ato que não se restringe ao aparente, à demanda espontânea, imediata e que não se reduz ao papel técnico-operacional na implementação do plano institucional. Mas apreender o planejamento como um ato político, de avaliação de diagnóstico, que toma decisões, escolhe prioridades físicas e orçamentárias, define atividades entre uma série de possibilidades e de correlação de forças dos sujeitos e interesses em presença explícita ou implicitamente.

Não obstante, “o Serviço Social vem alçando funções de comando e liderança em vários espaços do Poder Judiciário, Executivo e Legislativo, precisando estar preparado para os trabalhos de gestão e planejamento que lhe atribuem” (TEIXEIRA, 2009, p. 2).

A formulação de políticas sociais, com as atuais exigências de democratização do espaço público, tende a atravessar o espaço estatal e civil da sociedade brasileira, deixando de ser cada vez mais decisão adstrita ao âmbito da gestão e do poder. Cabe, entretanto, a gestores e técnicos, processar teórica, política e eticamente as demandas sociais, dando-lhes vazão e conteúdo no processo de planejamento e gestão, orientando a sua formatação e execução. Não bastam pronunciamentos políticos gerais e abstratos que afirmem intenções sociais. É necessário que sejam materializadas por meio de um cuidadoso processo de planejamento institucional, com alcance capilar, indicando desde concepções globais até ações (na ponta), de execução de políticas públicas. (TEIXEIRA, 2009, p. 2-3).

O planejamento também é uma ação política permanente de intervenção e um ato contínuo de reflexão-decisão-ação-reflexão. A ação de planejamento também se depara com dificuldades em mediar interesses contraditórios no espaço institucional, com a falta ou escassez de recursos, o espaço físico insuficiente, falta de profissionais, demandas institucionais x demandas dos usuários, entre outros, para realizar os trabalhos planejados e para incluir novas demandas no projeto institucional ou nos serviços das políticas sociais.

Como um momento do processo de planejamento a construção de relatórios de gestão e avaliações qualificadas possibilitam que os profissionais vão apreendendo várias dimensões dos serviços, das necessidades sociais e detectando outros espaços de intervenção, tornando-se sujeitos ativos em ações planejadas. Ainda, representa um acúmulo de conhecimentos, de atualização e ampliação do contexto de trabalho em termos analíticos e operacionais. Este processo possibilita o desocultamento das relações em que o trabalho se insere e é um exercício de reelaboração dos



conhecimentos acumulados acerca do trabalho profissional e institucional.

Ao entender que o planejamento constitui-se uma competência e direito profissional do assistente social, podemos perceber a necessidade da profissão ocupar e qualificar mais este âmbito de atuação, sobretudo junto as políticas sociais. Os espaços de planejamento não são exclusivos para exercício profissional do Assistente Social, mas este tem competência teórica, política e técnica para atuar de forma qualificada na elaboração dos instrumentos de gestão, como os Planos Plurianuais, as programações anuais de serviços e orçamentária e os relatórios de gestão das políticas sociais que se tornaram exigência para a gestão das políticas sociais a partir dos anos 2000. Esta condição técnica e política que possui o Assistente Social pode promover processos de planejamentos participativos ao trazer para os momentos de definição da política as demandas e necessidades sociais muitas vezes vocalizadas de maneira individualizada e pautadas no senso comum. Além do mais o Assistente Social tem condições de inserir no processo de planejamento diferentes sujeitos sociais, historicamente usuários das políticas sociais, mas excluídos de seus processos decisivos.

Passados mais de 20 anos dos elementos (Lei de regulamentação a Profissão de 1993, Código de Ética de 1993 e Diretrizes Curriculares de 1996) que de fato dão sustentação institucional ao projeto profissional do Serviço Social observa-se que ele continua adensando-se e materializando-se em uma série de eventos da categoria e de publicações em periódicos e livros que sustentam seus fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos. Destaca-se que essa vertente é hegemônica nas publicações, nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação e Pós Graduação, nos eventos nacionais como Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS - e na multiplicação e descentralização da organização política da categoria.

Esta direção social estratégia da profissão que tem raízes na vida social e foi conquista político-organizativa das vanguardas

profissionais, não suprimiu as tendências conservadoras, pois ainda que com novas linguagens, as referências das vertentes da modernização conservadora e da reatualização do conservadorismo não foram aplacadas e também se expressam nos mesmos espaços em que projeto profissional se mostra hegemônico. O Projeto Ético-Político é hegemônico na academia e nas entidades representativas da categoria, mas no exercício profissional a mesma hegemonia não é identificada. “Sem dúvida, para se avançar hoje na profissão, se faz necessário recuperar as lacunas da década de 1980 e a intervenção é a prioridade” (Bravo, 2007, p. 204). E entre estas lacunas está o tema do planejamento, pois este âmbito do exercício profissional não avançou na mesma medida que outras referências da profissão.

Avaliação semelhante faz Ana Vasconcelos (2006, p.31):

os assistentes sociais são levados a um trabalho conservador que, direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente, reproduz e/ou reforça o *status quo*, sem conseguirem romper, na prática, com valores conservadores. Assim, mesmo apoiando o projeto hegemônico no debate teórico do Serviço Social, a maioria destes profissionais realiza atividades na direção contrária a que se propõe.

As constatações destas autoras evidenciam os desafios da materialização deste projeto profissional no âmbito do exercício profissional. Na mesma medida em que a direção social estratégia do Serviço Social se afirma o tema do planejamento parece que não tem obtido o mesmo status no exercício e no debate profissional.

Uma das tentativas de afirmar a referência do Projeto Ético-Político no exercício profissional, reconhecendo que sua direção social estratégica está em disputa e também para recuperar as lacunas e distâncias com o exercício profissional, o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS – começou em 2007, nos eventos coletivos, discutir de forma descentralizada Parâmetros para a Atuação do Assistente Social nas Políticas Sociais. Este debate se organizou em formas de publicações e em 2011 passou a denominar-se Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas

Sociais, que aborda a intervenção profissional em diversos espaços sócio ocupacionais. Desse esforço foram lançados os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social (versão 2007 e 2011), Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde (2010), Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação (2013) e Atuação de Assistentes Sociais no Sociojurídico: subsídios para reflexão (2014).

Em relação ao planejamento nestas publicações verifica-se que esta dimensão do exercício profissional é relevante. Os *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde* (CFESS, 2010) indica quatro grandes eixos de atuação, entre os quais o planejamento tem destaque especial: a) atendimento direto aos usuários por meio de ações socioassistenciais, ações de articulação com a equipe de saúde e ações socioeducativas; b) mobilização, participação e controle social; c) investigação, planejamento e gestão; e d) assessoria, qualificação e formação profissional.

Nos *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social* (CFESS, 2011), percebe-se que o planejamento está entre as dimensões interventivas, complementares e indissociáveis do assistente social, onde:

uma dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços a indivíduos, famílias, grupos e coletividade, na perspectiva de fortalecimento da gestão democrática e participativa, capaz de produzir, intersetorial e interdisciplinarmente, propostas que viabilizem e potencializem a gestão em favor dos/as cidadãos/ãs (CFESS, 2011, p. 21)

Do mesmo modo no documento de *Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação* (2013) está explícito entre as competências específicas dos assistentes sociais a presença do planejamento. O Serviço Social no espaço sóciojurídico deve necessariamente considerar que vivemos em uma sociedade repleta de leis e instituições que buscam a defesa de bens e direitos socialmente definidos, e desta forma, representam uma perspectiva singular para o exercício profissional, uma vez que na esfera dos direitos encontram-se muitas contradições, principalmente no que

diz respeito à universalidade de direitos, diante das grandes desigualdades sociais. No documento *Atuação de Assistentes Sociais no Sóciojurídico: subsídios para reflexão* (CFESS, 2014), as atribuições do Serviço Social no espaço sóciojurídico, voltadas ao planejamento e gestão, encontram-se em subdivisões: no Judiciário, no Ministério Público, na Defensoria Pública, na execução penal e sistema prisional, nas medidas socioeducativas de privação de liberdade e na segurança pública.

Na leitura dos Parâmetros e Subsídios para atuação dos Assistentes Sociais, evidencia-se a importância do constante aperfeiçoamento intelectual e técnico dos profissionais, que por sua vez, são desafiados a concretizar os valores e princípios defendidos pelo Serviço Social, que precisa resistir à incidência sobre a atividade profissional que a reduz apenas a dimensão operacional finalística. Desta forma, a exigência de conhecimentos construídos a partir de uma visão da totalidade e o reconhecimento da dimensão política das necessidades sociais são requisitos indispensáveis para o desenvolvimento de processos de planejamento. O planejamento reafirma a necessidade dos profissionais se qualificarem na perspectiva de superar o imediatismo e poder contribuir na direção das políticas sociais, tendo como fundamento os direitos sociais e as referências do projeto profissional.

## **2. Os trabalhos do CBAS sobre Serviço Social e Planejamento**

O Congresso Brasileiro de Assistente Social (CBAS) é considerado como um dos maiores eventos de natureza político-científica do Serviço Social brasileiro ao lado do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS. Historicamente o CBAS demarcou o momento de ruptura e renovação profissional com as perspectivas teórico-metodológicas conservadoras. Atualmente se apresenta como um espaço para os debates e divulgação da produção técnica e científica da categoria,

pois traz em suas publicações os resultados de pesquisas, investigações, estudos e experiências de profissionais sobre as várias temáticas que envolvem o exercício do Serviço Social.

Na sequência apresentamos o resultado de uma pesquisa que teve por objetivo conhecer como o tema do planejamento apareceu no Congresso Brasileiro de Assistente Sociais, nas edições de 2010 e 2013, 13º e 14º CBAS, respectivamente. Para tentar responder a este propósito foi efetuada pesquisa quantitativa e qualitativa nos Anais, buscando identificar quais foram os eixos temáticos trabalhados, como estão estruturados, quantos artigos foram publicados em cada um deles e especificando os que tratam do tema de planejamento. Verificou-se que os artigos que abordam o planejamento aparecem distribuídos entre as diversas seções temáticas, pois este se caracteriza como um tema transversal do exercício profissional e das políticas sociais. Pretendem-se demonstrar na tabela abaixo os quantitativos gerais encontrados nesta pesquisa.

**Tabela 1** – Total geral de artigos e sobre o tema de planejamento publicado no CBAS 2010 e CBAS 2013.

Evento	Total de Artigos	Sobre planejamento	%
13º CBAS - 2010	978	04	0,41
14º CBAS - 2013	1120	04	0,36
<b>Total</b>	<b>2098</b>	<b>08</b>	<b>0,38</b>

Fonte: Dados extraídos do CD-ROM: CBAS 2010 e 2013. Elaboração das autoras.

Como pode ser identificado claramente na tabela acima, o tema planejamento não parece ser prioridade entre os profissionais de Serviço Social na descrição de experiência e nas pesquisas, onde o total de artigos publicados nas duas edições dos CBAS foi de 2.098 sendo que destes apenas 08 tratam da temática do planejamento. Outro fato a ser considerado dentro da análise destes Congressos é que os 08 artigos relacionados ao planejamento estão distribuídos em 07 seções temáticas. Fica traduzido, diante destes dados, que o tema planejamento está relacionado ao exercício profissional nas diversas áreas de atuação, não se limitando a apenas uma temática,

o que evidencia sua abrangência e transversalidade trabalho profissional e na estruturação das políticas sociais.

Na busca de conhecer como está a aproximação do exercício profissional de um trabalho capaz de garantir os espaços para a realização de ações planejadas, a tabela abaixo caracteriza os 08 artigos encontrados sobre planejamento:

**Tabela 2 – Identificação dos trabalhos que abordaram o planejamento no 13º e 14º CBAS.**

Titulo	Instituição	Palavras chaves	Resumo
A importância do planejamento como mediação na política atenção aos direitos da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária.	Ministério Público Estadual da Bahia - BA	Doutrina de Proteção Integral, planejamento, Convivência Familiar.	... pensar o planejamento como modulador na organização de gestões democráticas e participativas, bem como, uma ferramenta associada aos atos normativos para garantir o direito da criança e do adolescente a convivência familiar e comunitária, haja vista que a dinâmica da vida real não tem acompanhado os progressos da legislação .... A aprovação da Política Nacional de Assistência Social em 2004, impõe novas responsabilidades e competências nas três esferas do governo, no qual articulem os eixos balizadores: [...] gestão, financiamento e controle social. Este artigo [...] evidencia a ausência de planejamento para a gestão da política de Assistência Social em Campos no período 2005-2008
O desvendar do planejamento e gestão da Assistência Social no município ... 2005-2008	Campos dos Goytacazes - RJ	Política de assistência social; planejamento; gestão municipal.	Na [...] implementação da política de saúde observa-se a falta de ações [...] caracterizadas como monitoramento e avaliação. Este estudo situa-se como uma referência teórica para o desenho de uma proposta de implementação do monitoramento e avaliação de um programa da área de saúde e conta com duas dimensões: de análise, uma conceitual e outra operacional.
O monitoramento e avaliação como instrumento de gestão	Núcleo de Ed em Saúde Colêvna/ fac. de Medicina / UPMG, Ministério da Saúde	Monitoramento, Avaliação, Gestão, Programa de Capacitação Gerencial	Abordamos a prática do Serviço Social nos HUPs/RJ. É possível que as dificuldades de planejamento da prática estejam relacionadas à ausência de processos investigativos, resultando na dificuldade de identificação das demandas e das requisições institucionais e o conflito de interesses que as envolve, para o estabelecimento de objetivos e prioridades.
Serviço social: prática profissional, planejamento e estágio supervisionado	Faculdade de Serviço Social - (UERJ)	Prática Profissional; Serviço Social; Projeto Ético- Político do Serviço Social; Hospitais Universitários.	O objetivo desse artigo é analisar a Política de Saúde Mental e sua inserção no planejamento e gestão no município de Campina Grande, no período de 2004 a 2010.
As primeiras ações de planejamento e gestão na direção da reforma psiquiátrica	Campina Grande- PB	Planejamento, Gestão, Saúde Mental.	A presente produção tem como tema a questão urbana, com foco no planejamento participativo, tratando da política de habitação, especialmente da metodologia da elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS como importante instrumento para garantia [...] moradia digna, o direito à cidade, e [...] o trabalho do Assistente Social nesse processo, como componente de equipe multidisciplinar.
A inserção do planejamento urbano participativo na política nacional de habitação e o trabalho do assistente social	Não identificado	Planejamento Participativo; Habitação; Assistente Social	A presente produção tem como tema a questão urbana, com foco no planejamento participativo, tratando da política de habitação, especialmente da metodologia da elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS como importante instrumento para garantia [...] moradia digna, o direito à cidade, e [...] o trabalho do Assistente Social nesse processo, como componente de equipe multidisciplinar.
A inserção do planejamento urbano participativo na política nacional de habitação e o trabalho do assistente social	Não identificado	Planejamento Participativo; Habitação; Assistente Social	

Planejamento estratégico para o CREAS	CREAS de Martinópolis - SP	Planejamento Estratégico. CREAS de Martinópolis. Mulher. Violência Doméstica.	O artigo trata da elaboração de um Planejamento Estratégico para o CREAS de Martinópolis, tendo como objeto a Mulher Vítima de Violência Doméstica, sendo esta uma violência que exige Proteção Social Especial, uma das maiores demandas recebidas pelo CREAS [...].
Construção participativa do plano de gestão territorial dos CRAS de Campinas: a leitura do mundo no contexto da assistência social	CRAS de Campinas - SP	Políticas sociais, Assistência Social, território, planejamento participativo, Leitura do Mundo.	Compreender a política de Assistência Social, os sujeitos e a Rede Socioassistencial no contexto da implementação do SUAS nos desafiou a elaborar uma metodologia participativa que assegurasse a construção dos planos de gestão territorial em cada CRAS do município de Campinas. A Leitura do Mundo estruturou o processo e envolveu os sujeitos na construção de horizontes dos direitos sociais.

Fonte: Dados extraídos do CD-ROM: CBAS 2010 e 2010. Elaboração das autoras.

No que diz respeito à origem dos artigos apresentados nos CBAS 2010 e 2013, identificamos que as publicações estão concentradas na Região Sudeste 62,50%, seguidos da Região Nordeste 25% e com origem desconhecida 12,50%. Se considerarmos a origem institucional, perceberemos que a maioria está vinculada a instituições de serviço 75% e vinculados a Universidades 25%.

No geral os trabalhos publicados nos Anais dos CBAS se referem a ações de planejamento bastante localizadas e até pontuais, envolvendo decisões de bairros ou territórios, como é o caso dos trabalhos que se vinculam aos Conselhos de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS. Os trabalhos apresentam elementos importantes que podem subsidiar a elaboração de políticas ou mesmo de planos municipais, no caso do levantamento do número mulheres vítimas de violência doméstica, dados da política urbana e da política de saúde mental. O planejamento que envolve o setor de Serviço Social de alguma instituição apareceu uma vez nas publicações. Não se identificou nos artigos analisados a inserção do Serviço Social em processos de planejamento de política social como na elaboração de Planos Plurianuais de alguma esfera de governo ou de alguma política setorial e também a dimensão financeira e orçamentaria do planejamento.

O que ficou evidenciado, a partir, da análise dos artigos é que o Serviço Social pode e deve ter sua ação profissional pautada nos diversos níveis e formas de planejamento, sendo que, planejar o exercício profissional amplia a compreensão sobre as demandas

existentes e possibilita avaliar de forma contínua as necessidades de intervenção. Várias formas de planejamento foram identificados entre eles, especialmente o planejamento estratégico e o participativo, mas que a maioria todos os 8 artigos não fazem referência ao trabalho do Serviço Social. Um dos artigos demonstrou ter conhecimento da importância do planejamento na inserção institucional e no exercício profissional, conforme retratado:

A falta de planejamento dificulta a avaliação dos projetos e da prática profissional, em uma vez que não se estabelecem parâmetros, metas, prioridades. Isto influencia na qualidade dos serviços prestados tornando-os burocratizados e tendendo a atingir interesses contrários aos das massas trabalhadoras. [...] a falta de planejamento favorece que as demandas dos usuários sejam apreendidas como demandas individuais e não demandas coletivas. (ARTIGO 4, 2010, p. 8).

## **Considerações finais**

Ao compreender que o planejamento constitui-se uma competência e direito profissional do assistente social, podemos identificar a necessidade da profissão ocupar e qualificar mais este âmbito de atuação. Os espaços de planejamento das instituições e das políticas sociais não são exclusivos para o exercício profissional do Assistente Social, mas este tem competência teórica, metodológica, política e técnica para atuar de forma qualificada na elaboração deste instrumento de gestão.

A partir da análise dos artigos publicados nos dois Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais, evidenciaram-se tímidas e restritas abordagens sobre o planejamento no Serviço Social e nas políticas sociais. Contudo, o planejamento ainda parece ser uma atribuição pouco explorada pelos assistentes sociais, ou seja, permanecem, na maioria das vezes, atuando na produção e reprodução do imediato, e não se dando conta da dimensão político-decisória do planejamento na materialidade dos objetivos profissionais.



Se o Serviço Social avançou bastante em relação as suas referências técnico operacionais sobre o planejamento desde a sua institucionalização, avalia-se que neste aspecto ainda parece distante dos fundamentos do projeto ético-político. Por outro lado, parece que vem se aproximando lentamente, por meio de ações localizadas e pontuais, das inúmeras ações de planejamento indicadas nos documentos publicados pelo CFESS nos últimos anos, os Parâmetros e Subsídios para atuação dos Assistentes Sociais.

Por finalizamos afirmamos que o planejamento pode ser um caminho para o Serviço Social superar atitudes centradas no espontaneísmo e vinculadas as demandas assistenciais e emergenciais. O exercício profissional, se registrado e sistematizado, que considera as demandas do seu trabalho resultantes da desigualdade histórica da realidade brasileira e das ações das políticas sociais regidas pela focalização e a precarização, terá inúmeros elementos das necessidades sociais para colocar na agenda dos Planos Plurianuais das políticas sociais, por exemplo. Desse modo, o planejamento com seu potencial político-decisório, induz a um processo de reflexão para reconhecimento das causas, busca de estratégias participativas setoriais e intersetoriais para realização de diagnóstico, definição de prioridades e organização dos serviços para seu enfrentamento. E nesta direção avalia-se o assistente social como o profissional com capacidade técnica e política para fazer estas mediações e reflexões.

## **Referências**

BAPTISTA, M. **Planejamento Social:** intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras, 2000.

BARBOSA, M. da C.. **Planejamento e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1990.

BRASIL. **Lei de Regulamentação da Profissão**, nº 8662, de 07 de junho de 1993.

BRAVO, M. I. e MATOS, M. C. O projeto ético-político do Serviço Social e sua relação com a Reforma Sanitária. In. MOTA, A. E. et al (org.). **Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho Profissional**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 199 -215.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde**. Brasília, 2010.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. 10ª ed. Brasília, 2012.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília, 2011.

CFESS. **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na política de educação**. Brasília, 2013.

CFESS. **Atuação de assistentes sociais no Sociojurídico: subsídios para reflexão**. Brasília, 2014.

CFESS. **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na política de educação**. Brasília, 2013.

FRITSCH, R. “Planejamento estratégico: um instrumental para intervenção do Serviço Social?” In. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 52, p. 127-144, 1996.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 40. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MUSTAFÁ, A. M. (Org). Códigos de ética do Serviço Social. In: **Presença Ética**. Recife, GEPE, UFPE, 2001.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. Formulação, administração e execução de políticas públicas. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

VASCONCELOS, Ana Maria. **A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde**. 3ª ed. São Paulo, Cortez, 2006, p. 21-39.

## Referencias dos Anais dos CBAS

CRUZ, A. F. da. As primeiras ações de planejamento e gestão na direção da reforma psiquiátrica no município de Campina Grande – PB. In: **14º CBAS**. São Paulo: CFESS, CRESS, ABESS e ENESSO. 2013. 1 CD-ROM.

CUNHA, A. L. L. O desvendar do planejamento e gestão da assistência social no município de Campos dos Goytacazes: 2005-2008. In: **13º CBAS**. Brasília: CFESS, CRESS, ABESS e ENESSO. 2010.

LIMA, A. M. L. D.; FARAH, J. M.; SAKAI, M. H. O monitoramento e avaliação como instrumento de gestão. In: **13º CBAS**. Brasília: CFESS, CRESS, ABESS e ENESSO. 2010.

PINI, F. R. de O.; MORAES, C. V. Construção participativa do plano de gestão territorial dos CRAS de Campinas: a leitura do mundo no contexto da assistência social. In: **14º CBAS**. São Paulo: CFESS, CRESS, ABESS e ENESSO. 2013. ROM.

ROVARIS, S. C.. A importância do planejamento como mediação na política atenção aos direitos da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária. In: **13º CBAS**. Brasília: CFESS, CRESS, ABESS e ENESSO. 2010.

SILVA, S. R.; OLIVEIRA, T. F. Planejamento Estratégico para o CREAS de Martinópolis. In: **14º CBAS**. São Paulo: CFESS, CRESS, ABESS e ENESSO. 2013.

SOUZA, T. S. M.; VIEIRA, J. E. G.. A inserção do planejamento urbano participativo na política nacional de habitação e no trabalho do assistente social. In: **14º CBAS**. São Paulo: CFESS, CRESS, ABESS e ENESSO. 2013.

VASCONCELOS, A. Ma. et al. Serviço Social: pratica profissional, planejamento e estagio supervisionado. In: **13º CBAS**. Brasília: CFESS, CRESS, ABESS e ENESSO. 2010.

Recebido em 16/04/2015

e aceito em 11/05/2015.

---

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é refletir sobre o planejamento no Serviço Social e apresentar os resultados das produções do mesmo tema publicadas nos Anais do 13º e 14º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). A pesquisa foi de caráter bibliográfico e para os Anais do CBAS utilizou-se da técnica de análise textual. O texto reconhece e reflete sobre o papel político e técnico do Assistente Social nos processos de planejamento das instituições e nas políticas sociais. Nos Anais dos CBAS de 2010 e 2013 foram publicados 2098 artigos e destes apenas 8 tratam do tema do planejamento. A pesquisa evidenciou a evolução do debate e das conceituações do planejamento desde a sua concepção tradicional as concepções vinculadas ao projeto ético-político da profissão.

**Palavras-chave:** Planejamento; Serviço Social.

---

---

**Title:** Planning and Social Work.

**Abstract:** The aim of this paper is to reflect on the Social service planning and presenting the results of the same topic productions published in the annals of the 13th and 14th Brazilian Congress of social workers (CBAS). The survey was of bibliographic and character to the annals of the CBAS used technique of textual analysis. The text recognizes and reflects on the political and technical role of Social worker in the planning processes of the institutions and social policies. In the annals of CBAS from 2010 and 2013 were published 2098 articles and these only 8 deal with the theme of planning. The research showed the evolution of the debate and of the concepts of planning since its traditional design project-related ethical concepts – career politician.

**Keywords:** planning; Social Work.

---